

AJUDA MEMÓRIA

Câmara Técnica de Planos, Projetos e Programas (CTPPP/CBHSF)

Data: 09 e 10 de fevereiro de 2023

Local: Maceió/AL

Horário: das 14h às 17h (dia 09/02) e das 09h às 16h (dia 10/02)

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

	Nome	Instituição
1	Germano de Oliveira Matosinho	ABES MG - Associação Brasileira de Eng. Sanitária e Ambiental
2	Roberto Carlos Rodrigues da Silva	ADAO- Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios
3	Cristiane Martins de Sousa Nava Castro	ADASA - Agência Reguladora de Água, Energia e San. Básico do DF
4	Demósthene da Silva Nunes Júnior	AFAF – Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte
5	Anselmo Barbosa Caires	Associação comunitária Quilombola Lagoa das Piranhas
6	Jean Carlos Santos	Colônia de Pescadores Z-12
7	Carlos Alexandre Borges Garcia	Colônia de Pescadores Z-12
8	Johann Gnadlinger	Consórcio de Des. Sustentável do Piemonte Diamantina
9	Lucio Landim Fonseca	EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
10	Melchior Nascimento	IECPS – Inst. de Est. Cult., Pol., e Soc., do Homem Contemporâneo
11	João Alberto de Souza	Psicultura Itaparica
12	Kleython de Araújo Monteiro	UFAL – Universidade Federal de Alagoas
13	Yvonilde Dantas Pinto Medeiros	UNEB – Universidade do Estado da Bahia
14	Marcio Pedrosa	Instituto Guaicuy
15	Winston Caetano	Instituto Guaicuy
CONVIDADOS/DEMAIS PARTICIPANTES		
16	Manoel Vieira	Agência Peixe Vivo
17	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
18	Mauricio Oliveira	Agência Peixe Vivo
19	José Maciel Nunes de Oliveira	Presidente do CBHSF
20	Anivaldo Miranda	DIREC/CBHSF
21	Deisy Nascimento	Comunicação CBHSF

1. Abertura e verificação de quórum

O Coordenador da CTPPP, Sr. Melchior Nascimento, faz a verificação do quórum e abre a reunião às quatorze horas e vinte minutos dando boas-vindas a todos.

2. Solicitação de inclusão de ponto de pauta

O Sr. Melchior Nascimento informa que foi enviado para a CTPPP o Ofício 01/2023 da Secretaria do CBHSF, solicitando que esta Câmara analise as ações que foram apoiadas pelo CBHSF em 2022 e emita

parecer para subsidiar a Diretoria do CBHSF em relação aos apoios. Com a palavra, o Sr. Maciel Oliveira, Presidente do CBHSF, contextualiza brevemente a demanda, falando da Deliberação 83/2014, que regulamenta a concessão de apoios por parte do CBHSF para atividades e eventos externos, como o Circuito Penedo de Cinema, o Simpósio da ABRH Nordeste e as Expedições Científicas, explicando que o documento precisa ser revisado e melhorado: “O que isso está gerando de informação para a bacia? Qual a interação desses apoios com as pautas do CBHSF e com o Plano de Recursos Hídricos? O que está sendo trazido de real benefício para o CBHSF e para a Bacia?”. Ele chama a atenção para a boa gestão do recurso público oriundo da cobrança pelo uso da água. O Sr. Melchior explica que, por se tratar de uma temática ampla e complexa, nesse momento será definida uma diretriz de como tratar o assunto no âmbito da CTPPP, ressaltando que precisam de subsídio para analisar e conduzir a situação de forma mais dedicada. Em seguida, ele solicita a inclusão do ponto de pauta para o dia seguinte de reunião.

3. Leitura e aprovação da memória da reunião realizada em 23 de novembro de 2022

O Sr. Melchior Nascimento coloca em discussão a minuta da memória da reunião realizada em 23 de novembro de 2022. A Câmara aprova por unanimidade, sem ressalvas.

4. Informes: aprovação POA 2023; informe dos participantes, status edital Saneamento

Plano Orçamentário Anual 2023: O Sr. Thiago Campos relembra que previamente ao envio para o Plenário, a proposta do POA foi apresentada para a CTPPP. Posteriormente, o plenário do CBHSF aprovou a proposta sem nenhuma ressalva. Status Edital Saneamento: O Sr. Thiago Campos relembra que o Edital de Manifestação de Interesse referente ao Programa de Saneamento Rural foi publicado em meados de junho de 2022, resultando em noventa e sete inscrições das quatro CCRs, sendo selecionadas doze considerando os critérios estabelecidos. Ele fala da prorrogação que aconteceu, relembra as etapas de habilitação e informa a lista de comunidades contempladas. O Sr. Johann Gnadlinger ressalta que esse saneamento não tem apenas aspecto técnico, mas ambiental e social, contextualizando para a Câmara como o programa funciona e sua importância para a BHSF. O Sr. Maciel Oliveira chama a atenção para a importância de se pensar em programas desse porte a nível de bacia, explicando que a ideia é executar de forma contínua. Ele também explica que 1/3 dos projetos deverão contemplar comunidades tradicionais. A Sra. Yvonilde Medeiros explica que uma grande dificuldade encontrada nesses projetos é a manutenção após a execução, considerando que muitas famílias não possuem condições para efetuar essa manutenção, e questiona se existe alguma ideia para a manutenção desses projetos. O Sr. Thiago Campos explica que o projeto é destinado para soluções individuais, mais simples, porém eficientes, onde o proprietário consiga fazer a manutenção. O Sr. Maciel Oliveira explica que a empresa contratada para executar o projeto ofertou capacitação e orientação para as comunidades sobre como manter as obras, e que essa é uma forma de envolver os beneficiários em todas as etapas do projeto: antes, durante e depois. O Sr. Thiago Campos relata uma reunião com representantes da Agência Nacional de Águas onde foi mencionado que o CBHSF investe em projetos muito relevantes, mas que falta pensar em uma estratégia de comunicação efetiva para a divulgação dos resultados, com o intuito de fortalecer o nome do Comitê e as próprias ações, talvez até possibilite a captação de investimento externo. O Sr. Melchior Nascimento fala sobre o papel da estratégia de comunicação para agregar valor social nas ações do CBHSF. Como encaminhamento, a CTPPP emitirá uma recomendação à DIREC para que as ações de impacto social relevante no contexto do CBHSF devem ser tratadas dentro de uma estratégia de comunicação que torne perceptível para toda a população, em especial a que está dentro da Bacia. O Sr. Lúcio Landim pergunta se o projeto será executado em 100% das residências das comunidades contempladas. O Sr. Thiago Campos diz que a princípio sim, exceto em caso de inviabilidade técnica.

5. Apresentação recomendações auditoria no que tange a execução do PAP e projetos/apoios – Thiago Campos

O Sr. Thiago Campos inicia a apresentação contextualizando a atuação da Auditoria da ANA, que audita dos processos internos da Agência Peixe Vivo todos os anos. O primeiro ponto diz respeito à **avaliação do PAP**, que teve o objetivo de verificar o nível de execução físico financeiro, como também os controles adotados pela APV para acompanhamento do seu desempenho, registro de desafios e ajustes contínuos, de modo a melhorar os resultados. Primeiramente foi identificada uma ação em que se executou além do valor aprovado pelo plenário (voltada para a implementação do SIGA SF). Apesar do valor ultrapassado ter sido baixo, a auditoria recomendou que seja elaborada uma proposta ao CBHSF para autorização de um limite tolerável além do valor do contrato para cobrir alguma necessidade que porventura surja. A Auditoria também recomenda que a APV possa efetuar remanejamento de recursos ociosos, a serem aprovados pela CTPPP dentro de um limite tolerável, para que se possa otimizar a execução do PAP/POA. O último achado diz que a APV não possui uma metodologia de se fazer avaliações periódicas sobre a eficiência do próprio PAP para poder antecipar a ociosidade de recursos, como avaliações de curto prazo para prever possíveis ociosidades e propor remanejamentos ao CBHSF. A Auditoria também recomendou o remanejamento de recursos de projetos que estão parados por razões que não dependem da APV. O segundo ponto trata da **avaliação das contratações**, cujo objetivo foi avaliar o desempenho e a operacionalização dos controles relacionados aos processos de contratação da APV, de modo a evitar desconformidades normativas e contratações que não atendam de forma eficiente, eficaz e com qualidade as demandas da Agência. Uma recomendação foi com relação a ausência de detalhamento das características de produtos a serem adquiridos – que foi implementado imediatamente pela Agência Peixe Vivo. O terceiro ponto tratou da **avaliação dos apoios concedidos pelo CBHSF**, resultando na recomendação de propor normativos para dar maior transparência na seleção de eventos e ações a serem apoiadas pelo Comitê, pois, atualmente não existe nenhum dispositivo de controle social nesta categoria de investimento. O Sr. Melchior Nascimento fala da necessidade de se construir um PAP alinhado ao que está planejado, previsto e pautado no Plano de Recursos Hídricos da BHSF e que as estimativas orçamentárias não devem ser intuitivas, mas sim baseadas em algo próximo daquilo que seria o ideal. Ele também chama a atenção para a necessidade de se construir estratégias isonômicas para o recebimento de demandas a serem financiadas pelo CBHSF, com foco na natureza da demanda, relação com o Plano de Recursos Hídricos, resultados, retorno para o Comitê e sustentabilidade da proposta. A Sra. Yvonilde Medeiros defende que propostas individuais não deveriam acontecer dentro do CBHSF. O Sr. Melchior Nascimento responde, explicando que tais propostas até podem acontecer, mas o desafio está na forma como isso acontecerá: “Nós vamos abrir editais periódicos para que haja submissão de propostas de apoio? É uma possibilidade. Quando se estabelecem critérios claros dentro do edital não há o que ser questionado [...] se a gente estabelecesse esse tipo de situação para os apoios, teríamos metade dos nossos problemas resolvidos”. O Sr. Thiago Campos fala que o edital é um instrumento mais transparente e que dá maior robustez ao processo, mas que essa é uma questão um pouco controversa, já que às vezes o próprio CBHSF entende que eventualmente possa selecionar propostas que não sejam necessariamente via edital. O Sr. João Alberto chama a atenção para a importância do monitoramento constante da execução do PAP/POA para que se possa antecipar eventuais problemas e solicitar possíveis remanejamentos com antecedência. Ele comenta também que na construção civil existe um memorial descritivo do que será feito, e que nesse documento estão relacionadas as fontes de números e valores que basearão as possíveis obras, sugerindo que a ferramenta seja adotada para evitar questionamentos da auditoria. O Sr. Thiago Campos explica que em relação a ausência de memorial, para as questões de engenharia é mais simples, mas que a Auditoria questionou pontos bem específicos como a quantidade de salgados adquiridos para um coffee break ou a quantidade de camisas adquiridas para um evento apoiado pelo CBHSF, ressaltando que são processos muito pequenos. A Sra. Yvonilde Medeiros diz que sua maior preocupação está na falta dos critérios levados em consideração para a aprovação dos apoios,

por isso ela sentiria dificuldades em avaliar os apoios concedidos previamente pelo CBHSF. O Sr. Germano de Oliveira pergunta se a proposta da CTPPP em relação a questão dos editais não deverá ser acatada pela DIREC do CBHSF. O Sr. Melchior Nascimento explica que tudo que sai da CTPPP sai como recomendação, cabendo à DIREC aprovar ou não. O Sr. Germano de Oliveira sugere que seja marcada uma reunião virtual com os membros da DIREC para que seja apresentada a ideia de implementação de editais para concessão de apoios. Caso a DIREC esteja de acordo, a CTPPP se empenharia em elaborar uma proposta definitiva. Caso a DIREC não esteja de acordo, as energias seriam canalizadas em outro tipo de proposta. O Sr. Manoel Vieira ressalta que os critérios para a concessão de apoios existem e estão dispostos na Deliberação 83/2014, e mesmo que a Diretoria se coloque contra a implementação de edital, pode haver um esforço para o aperfeiçoamento dessa deliberação. O Sr. Melchior Nascimento explica que a ideia é que a reunião gere uma recomendação para o CBHSF sobre a concessão de apoios, e que a Diretoria possa formalizar posteriormente caso queira o apoio da CTPPP para a elaboração de uma proposta definitiva.

6. Apresentação do parecer relacionado a proposta de alterações na Resolução CNRH sobre diretrizes para os Planos de Recursos Hídricos

A Sra. Yvonilde Medeiros inicia a apresentação contextualizando a Resolução 145/2012 do CNRH, que passará por alterações e recebeu contribuições por parte da CTPPP. O Sr. Anselmo Caires explica que quando receberam o documento para analisar, questionaram se ainda havia tempo para contribuir, mas mesmo assim fizeram o trabalho para o qual foram atribuídos. O Sr. Mauricio Oliveira explica que as contribuições servirão para subsidiar o Sr. Anivaldo Miranda, que também é membro do CNRH, quando a alteração da Resolução for pautada pelo Conselho: “inevitavelmente o assunto será discutido no CNRH, e quando for discutido o Anivaldo precisará estar por dentro de quais contribuições o CBHSF pode dar – via CTPPP, então essas contribuições servirão para isso”. O Sr. Melchior Nascimento questiona quantas e quais contribuições foram feitas pela CTPPP. A Sra. Yvonilde Medeiros mostra o documento (em tela) e explica que fora diversas sugestões, sendo algumas apenas sugestões de redações e termos, e outras mais substanciais. O Sr. Anivaldo Miranda contextualiza um pouco as mudanças que aconteceram no CNRH durante o último governo federal, ressaltando que atualmente o Conselho está passando por uma mudança. Ele explica que não sabe quando o assunto da alteração na Resolução voltará a ser discutido, mas que quando isso acontecer, ele contribuirá no que puder. Considerando o horário, o Sr. Melchior Nascimento encerra o primeiro dia de reunião às dezessete horas e trinta minutos.

7. Abertura e verificação de quórum

Após a verificação do quórum, o Sr. Melchior Nascimento inicia o segundo dia de reunião da CTPPP às nove horas e 15 minutos dando boas-vindas a todos. Ele fala sobre a “revitalização” do GT Segurança de Barragens com os membros da atual gestão do CBHSF, ressaltando que esse tema é pouco discutido no âmbito do CBHSF considerando a quantidade de barragens na bacia. Ele também ressalta a importância de participação de outras pessoas além dos membros das Câmaras Técnicas. O Sr. Anselmo Caires diz que é importante que o GT Segurança de Barragens convide um consultor para capacitar os novos membros da CTPPP sobre o tema. O Sr. Melchior Nascimento conclui: “Estamos entendidos que nós temos o GT que vai tratar exclusivamente sobre Segurança de Barragens no âmbito desta Câmara Técnica e que Landim assume o papel de coordenador desse GT?”.

8. Apresentação dos projetos em execução do CBHSF

O Sr. Thiago Campos inicia a apresentação informando que todos os investimentos do CBHSF estão publicados no POA no site do Comitê. Ele informa que para o ano de 2023, a proposta é enxugar um pouco o número ações para aumentar o índice de sucesso, sendo aproximadamente 103 ações

planejadas para o ano e com um valor planejado na ordem dos 60 milhões. Na Finalidade 1, que trata da gestão de recursos hídricos, havia sido planejado 39,5 milhões de reais, mas só foi executado 18 milhões de reais, menos da metade do esperado. Na Finalidade 2, que trata da agenda setorial (intervenções em sustentabilidade hídrica no semiárido, recuperação ambiental e saneamento, por exemplo), havia sido planejado 34 milhões e a execução foi de 30 milhões, percentual bem próximo do que havia sido planejado. Na Finalidade 3, que trata do apoio ao Comitê, havia sido planejado 6,7 milhões e foi executado 3,5 milhões. Na Finalidade 4, que trata da manutenção do Comitê e da Agência Peixe Vivo (gestão dos 7,5%) o percentual de execução foi de quase 100%. Na sequência, ele abre o site do CBHSF e mostra como o acompanhamento deve ser feito. O Sr. Melchior Nascimento diz que está confuso, pois o parecer da ANA diz que o CBHSF pulveriza demais as ações, mas a apresentação feita demonstra que as ações são concentradas. O Sr. Thiago Campos ressalta que essa observação da ANA se refere ao ano de 2021, e que apesar de doze ações representarem 75% do investimento, os 25% restantes estão distribuídos em mais de setenta ações. O Sr. Melchior Nascimento ressalta que a sua observação não é sobre o trabalho do CBHSF, mas sobre a análise da Auditoria da ANA, que talvez possa ter sido enviesada, e que não acredita que utilizar 25% do recurso em várias ações não é algo comprometedora. A Sra. Yvonilde Medeiros chama a atenção para o termo “recuperação de estradas” utilizado para ações de manejo de águas pluviais: “Quando a pessoa olha, fica parecendo que o Comitê de Bacia está gastando o dinheiro da cobrança com recuperação de estradas”. O Sr. Winston Caetano comenta que ações como recuperação de nascentes talvez fossem mais produtivas que ações de recuperação de estradas. O Sr. Thiago Campos esclarece que o referido projeto foi aprovado no âmbito da CCR Alto São Francisco como Projeto Especial, e que o objetivo do investimento não é prover mobilidade, mas sim reduzir o aporte de sedimentos. Em seguida, ele explica que existe um Plano de Recursos Hídricos da bacia com uma série de ações a serem realizadas. No ano passado, foi iniciado um trabalho de monitoramento da situação desse plano (que vem sendo feito continuamente). Dos 114 indicadores, o de biodiversidade e requalificação ambiental apresenta o pior desempenho. Ele explica também a ideia do CBHSF é diminuir os investimentos em projetos “soltos” e aumentar o investimento em programas contínuos. O Sr. Kleython Monteiro fala da importância de se pensar nos projetos como ecologicamente corretos e sustentáveis, não apenas resolvendo os problemas sociais.

9. Formação de grupo de trabalho para apoio ao desenvolvimento de TDR para estudos que irão recomendar áreas para restrição de uso de recursos hídricos – Contextualização

O Sr. Thiago Campos contextualiza a questão informando que o Plano de Recursos Hídricos da BHSF prevê a elaboração de estudos para se definir ou não áreas de restrição de recursos hídricos por motivos diversos. O desenvolvimento do TDR será iniciado em breve e por isso será importante a criação de um Grupo de Trabalho para desenvolver esse TDR antes da sua publicação. O Sr. Melchior Nascimento manifesta apoio e questiona se a publicação de ato convocatório é obrigatória. O Sr. Thiago Campos diz que depende da situação, desde que previsto na Resolução 122. Após a explicação do Sr. Thiago Campos sobre o funcionamento do GT, bem como os prazos, o Sr. Melchior Nascimento convida os Srs. Jean Carlos, Cristiane Martins e Lúcio Landim para a composição do referido GT.

10. Debate sobre aprimoramento dos limites geográficos para atuação das atividades de coordenação das Câmaras Consultivas Regionais (CCR) – Contextualização

O Sr. Thiago Campos contextualiza que último Plano de Recursos Hídricos da BHSF apresentou alterações consideráveis em territórios de todas as regiões fisiográficas da bacia. Entretanto, na dinâmica de operacionalização das Câmaras Consultivas Regionais, um fator preponderante no sucesso é a questão logística. Ele explica que especialmente as CCR do Médio e Submédio relatam dificuldades de participação e deslocamento territorial no exercício de suas funções. Nesse sentido, os coordenadores

destas CCR sugeriram que fosse avaliada uma proposta de recomendação para definição quanto ao limite administrativo para a atuação da CCR. O Sr. Melchior Nascimento fala da importância da relação de pertencimento da população com a região: “Se a população de Paulo Afonso/BA, por exemplo, se vê mais identificada com as relações e discussões no contexto do São Francisco que acontecem no âmbito do Submédio, pela CCR submédio, não tem o menor sentido ela vir aqui para o Baixo”. Ele comenta também que não vê sentido em realizar esse tipo de definição apenas para atender questões administrativas do ponto de vista da jurisdição a quem pertence ou não aquela parcela do território. O Sr. Johann Gnadlinger relata que diversos municípios do norte da Bahia fazem parte do Médio São Francisco mas possuem uma relação de pertencimento muito forte com o Submédio. O Sr. Melchior Nascimento questiona se existe algum fator que impede a participação do coordenador de uma CCR na atividade de um município que pertence à outra CCR, já que tudo é referente ao Rio São Francisco. O Sr. Anselmo Caires fala que é necessário diminuir a centralização das atividades apenas no coordenador, pois existem outros membros das CCR que podem representar a Câmara nas atividades. Ele chama a atenção, inclusive, para os altos custos ocasionados pela centralização. O Sr. Melchior Nascimento ressalta que a gestão de uma CCR é compartilhada. O Sr. Anivaldo Miranda fala que a situação é fácil de se resolver, basta designar pessoas da CCR que residem mais próximo de onde a atividade será realizada. Ele também diz que o coordenador não precisa estar em todas as atividades só porque é coordenador. O Sr. Melchior Nascimento questiona: “Se eu resolver a divisão, eu vou resolver o problema? O problema está na divisão ou na forma como fazemos a gestão da minha região fisiográfica?”. Ele ressalta que o problema é resolvido com a construção de uma gestão mais assertiva e diz que a CTPPP vai se debruçar sobre a questão, vai acolher a solicitação, mas vai mandar um despacho solicitando uma complementação com mais elementos para que possam tomar decisão.

11. Discussão acerca da formalização de parcerias entre o comitê e agências de fomentos à pesquisa dos Estados da Bacia

O Sr. Kleython Monteiro diz que as discussões sobre esse tema surgiram a partir de editais onde há o fomento à pesquisa induzida. Ele fala do caso de um Edital do ICMbio, que aplicou recurso no fomento a estudos em determinadas áreas, sendo um dos critérios para financiamento a apresentação dos estudos em simpósios, exposição da logomarca da agência de fomento, entre outros. Para ele, há uma vinculação àquilo que o órgão de fomento quer que seja pesquisado, com o recurso do próprio órgão, e que haverá uma publicidade acadêmico-científica positiva: “A gente verificou que isso poderia ser uma possibilidade dentro do Comitê, e que ao invés de pensarmos nessa continuidade de financiamentos com critérios muitas vezes desconhecidos, a gente pensar na possibilidade de criar um programa de fomento à pesquisa dentro do escopo da Bacia do Rio São Francisco, onde o Comitê decide quais são suas prioridades”. Na sequência, o Sr. Jean Carlos diz que essa é uma forma de aproximar o CBHSF da comunidade científica e de usar a ferramenta científica para auxiliar na gestão do Comitê. Ele explica que pensou em viabilizar a ideia a partir das agências de amparo à pesquisa ou outras instituições que queiram contribuir e se coloca à disposição de ir até Brasília/DF para se reunir com a CAPES. O Sr. Melchior Nascimento fala da relevância técnica da proposta e demonstra apoio, considerando que a CTPPP é a responsável pela construção de estratégias que possam fortalecer a governança na bacia. O Sr. Anivaldo Miranda fala da importância de se trazer a ciência para ajudar nos desafios da BHSF, relembra que o CBHSF financiou um estudo no Urucuia e do estudo para definir áreas de restrição na BHSF, mas ressalta a necessidade de parcerias com as universidades, considerando que o recurso do Comitê é pouco e limitado. O Sr. Marcio Pedrosa fala da oportunidade do CBHSF participar do Congresso da ABES, pois lá é debatida a questão da qualidade da água, do esgoto, da poluição do ar, saneamento rural, entre outras. Na sequência, o Sr. Melchior Nascimento propõe como encaminhamento enviar um despacho para a DIREC com a proposta apresentada.

12. Emissão de parecer da CTPPP sobre ações apoiadas pelo CBHSF

O Sr. Melchior Nascimento faz a leitura do Ofício enviado pela Secretaria do CBHSF e aproveita a presença do Sr. Anivaldo Miranda para solicitá-lo maiores esclarecimentos. Ele ressalta que o que deve ou não ser apoiado pelo CBHSF não é decisão da CTPPP, mas sim a aderência dos apoios ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia. O Sr. Anivaldo Miranda explica que há vários anos o CBHSF realiza alguns apoios, mas que a ideia é que haja um balanço das contrapartidas, os retornos em torno da qualidade e quantidade da água. Ele relata alguns apoios do CBHSF, como o Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o qual o CBHSF é o único apoiador – e, nas suas palavras, a ideia inicial seria algo em caráter de parceria com as Universidades. O Sr. Melchior Nascimento diz que é necessário ter subsídio para fazer a avaliação solicitada pelo ofício da Secretaria, como relatórios financeiros e técnicos das atividades apoiadas. O Sr. Marcio Pedrosa diz que o CBHSF já financiou diversos eventos como expedições, festival de cinema e livros, e diz que acha que o CBHSF deve procurar estar mais em um debate técnico como simpósios e congressos. Ele diz que concorda com a formação de um grupo para analisar a questão e sugere que o grupo seja composto por um técnico da APV e três membros da Câmara e se coloca à disposição para participar do grupo de trabalho. O Sr. Anivaldo Miranda relatou situação que aconteceu no Simpósio da ABAS 2022 (evento apoiado financeiramente pelo CBHSF), onde depois de muita negociação foi liberado um horário para apresentação do estudo do Aquífero Urucuia, entretanto a organização do evento mudou o horário da atividade para 12h30, e que por isso praticamente ninguém prestigiou a apresentação. O Sr. Melchior Nascimento ressalta que o CBHSF não tem um sistema eficiente e nem normativos que definam os termos de parceria e as contrapartidas/condições. O Sr. Kleython Monteiro fala que o caminho é propor um regramento com as condicionantes para os eventos apoiados. O Sr. Germano de Oliveira também acredita que o ideal é propor algo a ser seguido no futuro, não fazer análise do que já foi realizado. O Sr. Melchior Nascimento complementa: “Ao invés de discutirmos questões pretéritas, é muito mais resolutivo a gente discutir o aprimoramento do regramento e do apoio”. O Sr. Manoel Vieira diz que concorda com as proposições apresentadas, mas ressalta que o regramento existe: a Deliberação 83/2014. O Sr. Melchior Nascimento sugere como encaminhamento a recomendação para a DIREC com a suspensão de qualquer investimento, voltando a investir apenas a partir da publicação de um novo regramento.

13. Assuntos gerais

O Sr. Anivaldo Miranda fala que chegou a hora do CBHSF fazer um estudo mais aprofundado sobre o papel do Operador Nacional do Sistema Hidrelétrico na sua função de determinar sobretudo a operação dos reservatórios no Brasil, além de um estudo sobre como é a relação desse setor elétrico com o Poder Público e com as demais instâncias interessadas direta ou indiretamente na questão da energia. Ele contextualiza, explicando que em 2021 os reservatórios da calha do São Francisco atingiram de 90 a 100% do volume útil, mas o operador Nacional do Sistema solicitou à ANA a flexibilização do uso da Resolução 2081, o que ocasionou um aumento das vazões nos reservatórios da Bacia (que demoraram tanto tempo para encher). Para ele, esses estudos são importantes porque a ONS precisa ter limites em suas decisões para que a crise da bacia receptora não seja importada para a bacia doadora – o que ele chama de importação de água em forma de energia. A proposta é que a CTPPP ajude na criação de um grupo de acompanhamento. O Sr. Marcio Pedrosa fala do desafio de gerir as vazões dos reservatórios para garantir a produção de água e a preservação dos reservatórios. O Sr. Thiago Campos diz que para operacionalizar a demanda de forma mais rápida, poderia ser utilizada uma equipe multidisciplinar a partir de banco de horas, ou contratar uma consultoria específica para essa demanda por meio de concorrência. O Sr. Melchior Nascimento questiona se isso será feito sob uma perspectiva jurídica, pois de uma perspectiva técnica não tem sentido e é muito complicado. Ele também diz que a primeira opção apresentada pelo Sr. Thiago Campos é mais interessante por ser mais rápida. O Sr. Anivaldo Miranda concorda, mas diz que

caso não seja possível, a contratação em forma de concorrência deve ser feita de forma cautelosa, com um TDR bem-feito para evitar a contratação de algum consultor que não tenha isonomia ou capacidade real para produzir o estudo, por isso é importante a criação de um grupo para acompanhamento da demanda. O encaminhamento para a demanda é uma recomendação da realização desse estudo para a Diretoria Colegiada.

14. Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, o Coordenador da CTPPP encerra a reunião às dezessete horas.

Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.	Minutar recomendação à DIREC para que as ações de impacto social relevante no contexto do CBHSF devem ser tratadas dentro de uma estratégia de comunicação que torne perceptível para toda a população, em especial a que está dentro da Bacia.	Coordenador	Imediato
2.	Encaminhar despacho em resposta à demanda sobre aprimoramento dos limites geográficos para atuação das atividades de coordenação das Câmaras Consultivas Regionais (CCR), solicitando complementação de informações com mais detalhes que possibilitem análise e posterior recomendação técnica por parte da CTPPP.	Coordenador	Imediato
3.	Encaminhar despacho para a Diretoria Colegiada mostrando a viabilidade de realização de ações conjuntas de parceria entre CBHSF e fundações de amparo à pesquisa, demonstrando que isso pode trazer resultado efetivo para a Bacia.	Coordenador	Imediato
4.	Encaminhar despacho para a Diretoria Colegiada em resposta ao Ofício da Secretaria, recomendando a elaboração e publicação de um novo regramento com relação aos apoios concedidos pelo CBHSF.	Coordenador	Imediato

Maceió/AL, 09 e 10 de fevereiro de 2023.

Melchior Nascimento
Coordenador da CTPPP

Roberto Carlos Rodrigues da Silva
Secretário da CTPPP